

Marco de Procedimientos para las Restricciones Involuntarias

Fecha

11 de Junho de 2017

Donación del CEPF 100440

Beneficiario

WWF-Brasil

Título del Proyecto

**Fortalecimento da Gestão Territorial Integral nas Áreas
Especialmente Protegidas do Mosaico Sertão Veredas Peruaçu**

Localización del Proyecto

MOSAICO DE ÁREAS PROTEGIDAS SERTÃO VEREDAS PERUAÇU

Resumen del Proyecto

1. Organización beneficiaria: WWF-Brasil
2. Título del proyecto: Fortalecimento da Gestão Territorial Integral nas Áreas Especialmente Protegidas do Mosaico Sertão Veredas Peruaçu
3. Código de la donación: CEPF 100440
4. Monto de la donación (en dólares estadounidenses): 187.000
5. Fechas propuestas de desembolsos
6. Países o territorios en los que se emprenderá el proyecto: Brasil
7. Fecha de preparación de este documento: 11/06/2017

A. Antecedentes del proyecto

Os Mosaicos de Unidades de conservação estão previstos no artigo 26 do Sistema Nacional de Áreas Protegidas (Lei 9985/00 e Decreto 4340/02). Esse artigo especifica que:

*“Quando existir um **conjunto de unidades de conservação** de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e **outras áreas protegidas públicas ou privadas**, constituindo um mosaico, a gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a **compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional**”.*

A criação do Mosaico Sertão Veredas Peruaçu ocorreu a partir do Edital 01/2005 do Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA/MMA, com o objetivo de estimular a criação de mosaicos de áreas protegidas em diversos biomas brasileiros. A Ong Funatura candidatou-se a esse edital e apresentou o Plano de Diretrizes Territoriais de Bases Conservacionistas (DTBC), produto essencial para o desencadeamento do processo, que ocorreu de maneira participativa e inclusiva, contando com a participação dos representantes indígenas Xacriabás e representantes de comunidades quilombolas.

Desde a criação do Mosaico, começaram a ser implementados projetos no território, tais como o Projeto de Fortalecimento do Turismo de Base Comunitária e o Projeto de Fortalecimento do Extrativismo Vegetal sustentável, ambos apoiados pelo Fundo Socioambiental da Caixa Econômica Federal. Outros projetos ainda merecem destaque como o ATER Cerrado (Assistência Técnica Rural) executado com apoio do Serviço Florestal Brasileiro, além do Projeto Sertões e o Água Brasil. Esses projetos geralmente são executados por organizações membros do Conselho Consultivo do Mosaico, composto paritariamente por 22 organizações da sociedade civil e 22 organizações de órgãos governamentais. As comunidades tradicionais como os quilombolas e os representantes indígenas Xacriabás participam deste Conselho Consultivo, além da Funai, órgão responsável pelas Terras Indígenas.

Esse projeto surge em consequência da atuação do Programa Cerrado Pantanal do WWF-Brasil na região do Mosaico Sertão Veredas Peruaçu, que desde 2010, por meio do Projeto Sertões, e 2012 por meio do Programa Água Brasil, vêm desenvolvendo atividades em apoio à implementação das Unidades de Conservação, boas práticas na produção agropecuária, fortalecimento da cadeia extrativista dos frutos do cerrado, planejamento territorial, tecnologias sociais, escolas sustentáveis, entre outros. Em 2016 o Projeto Sertões promoveu a “Oficina sobre Gestão Integrada das Unidades de Conservação do Mosaico”, oportunidade em que foi desenvolvido um Plano de Trabalho que serviu de base para elaboração do referido projeto.

O projeto não é um processo de consulta específico, mas é fruto de anos de reflexão coletiva, reunindo diversos atores/lideranças comunitárias/tomadores de decisão, sobre iniciativas de cunho socioambiental que busquem a integração das atividades e complementariedade das ações, com o intuito de principalmente promover a conservação e colaborar no desenvolvimento sustentável das comunidades inseridas no território, adotando práticas justas e solidárias, – em contraposição ao modelo de desenvolvimento hegemônico que impera em determinada região do mosaico, principalmente com alteração da cobertura vegetal para produção de extensas áreas de monocultivo de soja e silvicultura do eucalipto.

A oportunidade da apresentação de projetos do Mosaico para o CEPF foi pela primeira vez abordada quando da apresentação do Sr. Luiz Paulo Pinto (consultor do CEPF), em uma reunião do Conselho Consultivo do Mosaico, ocorrida em Chapada Gaúcha em julho de 2015. Posteriormente o assunto do Edital do CEPF foi retomado como ponto de pauta em três reuniões posteriores, sendo outubro de 2015 em Januária, Dezembro de 2015 em São João das Missões e Agosto de 2016 em Januária. A apresentação da primeira versão do projeto do WWF-Brasil ocorreu na reunião do Conselho Consultivo do Mosaico ocorrida em março de 2017, sendo que após a oportunidade de revisão do projeto, foi ainda realizado uma reunião de alinhamento com o Conselho do Mosaico no dia 24 de abril de 2017 e que contou com a participação de 22 conselheiros.

B. Implementación participativa

Acredita-se que o projeto não venha a causar impactos sociais adversos nas comunidades locais, no entanto, foi criado esse plano com intuito de minimizar/mitigar efeitos ou restrições potencialmente adversas de acesso a recursos naturais, e garantir que as comunidades afetadas sejam consultadas e participam de modo significativo nas atividades do projeto que as afetam. Neste sentido, serão tomadas medidas para evitar que algum infortuno possa estar associado a algum tipo de ação do projeto. Serão aproveitados os espaços de discussão para um diálogo mais aberto e sincero com as comunidades, podendo ser exemplificado as reuniões do Conselho Consultivo do Mosaico, já que estas servem com um meio de reunir os atores do território para a discussão e busca de ações integradas para o cumprimento de objetivos comuns, além de espaço para expressão de problemas advindos de algum tipo de projeto ou ação de algum indivíduo, além de compartilhar experiências exitosas. Também serão aproveitadas reuniões das Associações Comunitária e das Cooperativas Agroextrativistas, oportunidade em que geralmente se reúnem os membros destas organizações.

C. Critérios de elegibilidade de las personas afectadas

Uma vez que o projeto será implementado em sua maioria em áreas de Unidades de Conservação, compromete-se em respeitar o Decreto 5.758, de 13 de abril de 2006 e que trata do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP. Esta legislação estabelece entre seus princípios: IX - respeito às especificidades e restrições das categorias de unidades de conservação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, das terras indígenas e das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos; XII - repartição justa e equitativa dos custos e benefícios advindos da conservação da natureza, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida, erradicação da pobreza e redução das desigualdades regionais; XIII - desenvolvimento das potencialidades de uso sustentável das áreas protegidas; XIV - reconhecimento e fomento às diferentes formas de conhecimento e práticas de manejo sustentável dos recursos naturais; XIX - articulação das ações de gestão das áreas protegidas, das terras indígenas e terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos com as políticas públicas dos três níveis de governo e com os segmentos da sociedade e XX - promoção da participação, da inclusão social e do exercício da cidadania na gestão das áreas protegidas, buscando permanentemente o desenvolvimento social, especialmente para as populações do interior e do entorno das áreas protegidas. Entre suas diretrizes, merece destaque o inciso X que trata de assegurar os direitos territoriais das comunidades quilombolas e dos povos indígenas como instrumento para conservação de biodiversidade. Por fim, o eixo Temático - Governança, Participação, Equidade e Repartição de Custos e Benefícios, prevê ações relacionadas com: I - à participação dos povos indígenas, comunidades quilombolas e locais na gestão das unidades de Conservação e outras áreas protegidas.

Ressalta-se ainda o Decreto 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007 e que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Esse decreto determina em seu artigo 2º que essa política tem como principal objetivo principal a promoção do desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições.

Os impactos negativos relacionado à implementação do Plano de Monitoramento do Uso do solo e Prevenção e Combate à Incêndios estão associados às possíveis restrições quanto a conversão de áreas com recursos naturais, uso do fogo para renovação de pastagens, caça de animais silvestres, entre outros, no entanto, essas restrições já estão previstas na legislação pertinente, especificamente na Lei de Crimes Ambientais (9.9605/98), neste caso essas atividades são consideradas como restrição de uso de recursos de natureza voluntária. Identifica-se como restrições de uso involuntário a possibilidade de haver um número maior de operações de fiscalização, principalmente em função da implementação do Plano de Monitoramento do Uso do solo e Prevenção e Combate à Incêndios.

D. Medidas para ajudar a las personas afectadas

O trabalho junto com as comunidades tradicionais será realizado basicamente nas atividades do extrativismo vegetal sustentável dos frutos do Cerrado. Os beneficiários dessas ações serão basicamente produtores agroextrativistas que desenvolvem suas atividades de maneira

sustentável, ou seja, respeitando os preceitos da legislação e das recomendações técnicas. Dito isso, importante enfatizar que não serão beneficiados aqueles produtores que praticam atividade ilícitas, sendo que aqueles beneficiários que vierem a cometer algum tipo de infração ou danos ao meio ambiente, serão penalizados quanto a exclusão do apoio do projeto.

Destaca-se que este já é um tipo de atividade consolidada no território do Mosaico, sendo hábito dos ancestrais que habitam a região. Os extrativistas utilizam geralmente áreas próprias e áreas de terceiros que permitem a entrada para a coleta de frutos nativos. As áreas protegidas utilizadas são aquelas consideradas como de uso sustentável, não ocorrendo problemas de coleta em unidades de conservação de proteção integral.

O WWF-Brasil já apoia os empreendimentos comunitários do Mosaico em suas atividades de produção sustentável dos frutos do Cerrado, sendo que o projeto apenas complementarará apoio para algumas ações em andamento. Esse projeto não vai criar nenhuma restrição ao uso de áreas, exceção para aquelas já tipificadas em lei, como no caso das Unidades de conservação de proteção integral. O projeto tampouco se propõe a fazer algum tipo de reordenamento do território, o que poderia implicar em algum tipo de restrição. Ao invés de criar algum tipo de restrição, o projeto irá fortalecer os instrumentos de diálogo entre os gestores das Unidades de Conservação e os membros das comunidades rurais do território, uma vez que existem representantes de diversas associações comunitárias e das Cooperativas no Conselho do Mosaico e no Conselho das Unidades de Conservação que serão apoiados pelo projeto. O projeto sobretudo irá basear-se na garantia e reconhecimento dos direitos das comunidades, além da valorização à sua identidade, as maneiras de organizarem-se e a representatividade de suas organizações.

Os extrativistas e agricultores familiares aparecem como grupo vulneráveis, uma vez que possuem áreas pequenas para a produção e uso extrativista, sendo que muitos produtores dependem de áreas de terceiros para fazerem a coleta dos frutos. O Conselho Consultivo do Mosaico e os Conselhos Consultivos das Unidades de Conservação podem funcionar como um instrumento de diálogo efetivo, já que envolvem gestores públicos, proprietários de terras, empresários, agricultores familiares, extrativistas, ONGs, entre outros. Atualmente o Conselho do Mosaico é composto por 44 membros de maneira paritária, sendo metade de membros da sociedade civil (22 Conselheiros) e metade de membros de órgãos públicos (22 Conselheiros). Já os outros 06 Conselhos relacionados com as Unidades de Conservação reúnem ao todo 121 Conselheiros. Todos esses Conselhos reúnem-se geralmente com periodicidade trimestral.

Além das reuniões dos Conselhos, serão utilizadas reuniões específicas com as comunidades, assim como outros espaços de reuniões coletivas, como capacitações, seminários, intercâmbios, entre outros. Esse projeto também buscará fortalecer o diálogo entre os gestores de Unidades de Conservação e comunidades tradicionais, baseado nas premissas de aliar à proteção territorial e o desenvolvimento sustentável, principalmente gerando instrumentos alternativos de geração de renda no combate à pobreza e a desigualdade social. Prevê a articulação de atores interessados na cadeia produtiva do extrativismo vegetal sustentável por meio de componente específico elencado no corpo do projeto.

Para isso, serão desenvolvidas atividades baseadas no:

- a) Respeito aos pactos já estabelecidos e a legislação pertinente;

- b) Modos transparentes, equitativos e justos para um compartilhamento mais sustentável dos recursos;
- c) Atividades de subsistência alternativas com agregação de renda;
- d) Assistência técnica e capacitações para melhoria do uso dos recursos naturais.

E. Mecanismo de resolución de conflictos y quejas

O WWF-Brasil já possui um Código de Conduta, que apresenta as diretrizes, os valores, os norteadores éticos, os princípios e as condutas esperadas das pessoas que atuam em nome da Organização. O Código se aplica a todos os funcionários e membros do Conselho do WWF-Brasil e é, também, uma declaração pública para o benefício de todos aqueles que estão envolvidos nas atividades desta Organização ou são afetados por elas.

Durante a implementação do projeto, serão disponibilizados instrumentos para reclamações e queixas. O WWF-Brasil já possui um canal de interlocução direto com a população em geral e beneficiários de projetos. Trata-se do telefone 0800 891 8807 e de endereços eletrônicos para comunicação direta, tais como: Gerência de RH: DenunciaRH@wwf.org.br ou telefone (61) 3366-8930 e Gerência Jurídica: DenunciaJuridico@wwf.org.br ou telefone (61) 3364-7499. Esses canais de comunicação serão disponibilizados para os beneficiários do projeto, podendo ser acessado em caso de denúncias ou reclamações relacionadas com o projeto.

Ademais, serão também disponibilizados publicamente os contatos da Equipe Regional de Implementação e da Diretoria de Doações do CEPF. Todos esses contatos e canais de comunicação serão disponibilizados através de cartazes e placas que serão exibidos em eventos coletivos relacionado com o projeto, tais como capacitações, reuniões, seminários, entre outros. Além disso serão informados os canais de contato durante as reuniões do Conselho do Mosaico e reuniões dos Conselhos Consultivos das Unidades de Conservação. Serão ainda divulgados na página do Programa Cerrado Pantanal http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/areas_prioritarias/cerrado/ do site do WWF-Brasil, além da divulgação do site do Mosaico <http://mosaicosp.com.br/>.

As queixas e reclamações direcionadas ao WWF-Brasil serão comunicadas à Equipe Regional de Implementação e a Diretora de Doações do CEPF dentro do prazo de 15 dias, junto com uma proposta de resposta. Em caso do reclamante não estar de acordo com a resposta, a queixa será apresentada diretamente para o Diretor Executivo do CEPF através do seguinte endereço eletrônico: cepfexecutive@conservation.org. Caso o reclamante ainda não esteja satisfeito com a resposta da Secretaria Executiva do CEPF, a queixa será apresentada ao Banco Mundial em seu escritório regional no Brasil.

Em relação ao mecanismo de resolução de conflitos, conforme já mencionado, acredita-se que o principal instrumento será as reuniões do Conselho Consultivo do Mosaico e as reuniões dos Conselhos Consultivos das Unidades de Conservação.

F. Organización o arreglos para la implementación del Marco

Durante a implementação do projeto, um Plano de Ação será desenvolvido junto com as comunidades afetadas, em que será descrito as descrições acordadas, os esquemas de manejo e regras para uso e beneficiamento dos frutos do Cerrado.

Os principais atores relacionados com o projeto serão os órgãos gestores das Unidades de Conservação (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade-ICMBio e Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais-IEF/MG); os diretores das 03 Cooperativas Agroextrativistas (Coop. Sertão; COOPAE e Cooperuaçu); a Funai com responsável pelas Terras Indígenas Xakriabás, além dos representantes da Associação Indígena Xakriabá e associações quilombolas e demais comunidades tradicionais. Considera-se também a ONG Funatura com um ator importante nesse processo, uma vez que essa organização também está em vias de executar um projeto no Mosaico com apoio do CEPF. Prevê-se também a parceria com organizações da sociedade civil que tem atuação na conservação e mobilização social na região como o Instituto Biotrópicos de Pesquisa da Vida silvestre e a Caritas Diocesana de Januária. Abaixo dois quadros mencionando os principais atores e as expectativas em relação à parceria.

Nome do parceiro	Contato	Expectativa em relação ao projeto
ICMBio-CR 11 e gestores das Unidades de Conservação Federais	mario.fortini@icmbio.gov.br	Parceria para apoiar ações do projeto relacionadas com a implementação e gestão integrada das Unidades de Conservação Federais do Mosaico e suporte para integração da gestão de outras áreas especialmente protegidas.
IEF-MG/ERAMSF e gestores das Unidades de Conservação Estaduais	mario.santos@meioambiente.mg.gov.br	Parceria para apoiar ações do projeto relacionadas com a implementação e gestão integrada das Unidades de Conservação Estaduais do Mosaico e suporte para integração da gestão de outras áreas especialmente protegidas.
FUNAI-Escritório em S. João das Missões	002lino@gmail.com	Parceria para apoiar ações do projeto relacionadas com a implementação e gestão das duas Terras Indígenas Xakriabás e suporte para integração da gestão de outras UCs e áreas especialmente protegidas.
Prefeitura Municipal de S. João das Missões	codemamissões@yahoo.com.br	Parceria para apoiar ações do projeto relacionadas com a implementação e gestão da única UC municipal do Mosaico, além do apoio em relação às duas Terras Indígenas Xakriabás e suporte para integração da gestão de outras UCs e áreas especialmente protegidas.
Fundação Pró-Natureza	cesar.victor@funatura.org.br	Parceria para apoiar ações do projeto relacionadas com a implementação e gestão das UCs do Mosaico, além do apoio em relação à integração da gestão de áreas especialmente protegidas.
Prefeitura Municipal de Januária	debora.takaki@hotmail.com	Apoio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente para as ações do projeto

Prefeitura Municipal de Chapada Gaúcha	patricia.gabinetechapada@gmail.com	Apoio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente para as ações do projeto
Instituto Federal do Norte de Minas - IFNMG (campus Januária)	tatiana.rodrigues@ifnmg.edu.br	Apoio técnico na implementação das ações de monitoramento e fiscalização integrada, gestão socioambiental, extrativismo vegetal sustentável e comunicação integrada.
Instituto Federal do Norte de Minas - IFNMG (campus Arinos)	gabriel.valadao@ifnmg.edu.br	Apoio técnico na implementação das ações de monitoramento e fiscalização integrada, gestão socioambiental e comunicação integrada.
UNIMONTES	ppgeo@unimontes.br cassioas27@gmail.com	Apoio técnico na implementação das ações de monitoramento e fiscalização integrada, gestão socioambiental, extrativismo vegetal sustentável e comunicação integrada.
SEBRAE	aline.magalhaes@sebraemg.com.br	Apoio técnico na implementação das ações de gestão socioambiental, extrativismo vegetal sustentável e comunicação integrada.
Instituto Biotrópicos	guilherme@biotropicos.org.br	Apoio técnico na implementação das ações de gestão socioambiental, extrativismo vegetal sustentável e monitoramento e fiscalização integrada.
Cáritas Diocesana de Januária	jerresales2006@gmail.com	Apoio na implementação das ações de gestão socioambiental e extrativismo vegetal sustentável
Cooperativa Sertão Veredas	coopsertaoveredas@hotmail.com	Apoio na implementação das ações de gestão socioambiental extrativismo vegetal sustentável
COOPAE	coopae.coopae@gmail.com	Apoio na implementação das ações de gestão socioambiental e extrativismo vegetal sustentável
Cooperuaçu	cooperuacu@gmail.com	Apoio na implementação das ações de gestão socioambiental e extrativismo vegetal sustentável
Associação Indígena Xakriabá Aldeia Sumaré	hilarioxakriaba@yahoo.com.br	Apoio na implementação das ações de gestão socioambiental e extrativismo vegetal sustentável
Associação Pequenos Produtores Rurais Onça Quilombola	aparecidaeva7@gmail.com	Apoio na implementação das ações de gestão socioambiental e extrativismo vegetal sustentável